



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 473/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Transportes Metropolitanos

**UNIDADE:** Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de informações sobre maquinistas que trabalham como escalantes e pedido de providências quanto a esta denúncia. Objeto não abrangido pela LAI. Não conhecimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 473/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para solicitação informações sobre maquinistas que trabalham como escalantes e pedido de providências quanto a esta denúncia.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo a demanda objeto da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), o órgão informou que o pedido de informações continha dados pessoais de empregados, esclarecendo, ainda, que a denúncia foi encaminhada para a Ouvidoria do órgão para conhecimento e apuração nas áreas competentes. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175 de 18 de março de 2015.
3. No caso em apreço, observa-se que o interessado não realizou um pedido, em nenhuma instância administrativa, com base na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). O SIC.SP recebe demandas relativas a pedido de acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, atendendo, assim, ao art. 7º da Lei de Acesso à Informação - LAI. Dessa maneira, o recurso não atende ao disposto no artigo 20 do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
4. Cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

*a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).*

5. Considerando não se tratar de demanda recursal motivada por acesso à informação, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 15 de dezembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado